

O Sistema da Dívida e os mecanismos que geram dívida

Dante Alighieri, ao escrever *O Inferno*, imaginou nove círculos do abismo infernal, significando cada círculo a punição em razão da gravidade do pecado. A traição seria o ato que conduziria o ser humano ao último e mais doloroso círculo do inferno, que se divide em quatro partes, sendo uma chamada Antenora, de Antenor, troiano que ajudou os Gregos a conquistar Tróia, onde estão os traidores da pátria e do próprio partido (Canto XXXII).

Se é esse o destino das pessoas que deliberadamente traem a pátria não sabemos nem podemos afirmar, mas somos capazes de assegurar que no Brasil, *milhões de pessoas estão no inferno por conta de pecados que não cometeram*.

Enquanto alguns manipulam as leis com o propósito de contribuírem menos para o custeio do país e se beneficiarem da maior parte do gasto público, a grande massa da população vive em camadas de descontentamento, que vão de situações desconfortáveis às condições desumanas. Para alcançar esse objetivo, pessoas com muito dinheiro utilizam o Direito e o Estado como instrumentos de dominação.

Vivemos sob uma Constituição linda, que garante direitos cruciais a todos os brasileiros. Solidariedade, dignidade da pessoa humana, erradicação da pobreza e do analfabetismo, moradia, redução das desigualdades, segurança social, alimentação adequada, saúde, educação de qualidade, reforma agrária, proteção do meio ambiente, fomento à inovação, ciência e tecnologia, oferecimento de oportunidades, todos esses são exemplos dos inúmeros mandamentos do texto constitucional.

Os indícios de anormalidade começam a ficar claros quando se observa a realidade das periferias, subúrbios e favelas. Lá, falar de direitos constitucionais é o mesmo que cantarolar uma ilusão. O Estado vira as costas para os cortiços e quando resolve interferir é para financiar operações policiais que em nada resolvem as desigualdades.

Os atuais métodos neoliberais de direção econômica desconsideram o ser humano de suas estatísticas. O pretensioso equilíbrio fiscal almejado pelos adeptos às medidas de austeridade não sabem ou fingem não saber que o Estado vai cortar despesas para quem mais precisa, com a meta de atingir o ideal matemático de equivalência entre

receita e despesa. Quem há muito tempo já se beneficia com o dinheiro que sai da máquina pública não sente os efeitos das medidas de restrição de gastos, austeridade fiscal é apenas para alguns.

É nesse contexto que se deve analisar o trilionário segmento bancário brasileiro, que em 2019 detinha em mãos dinheiro superior a todo o PIB. São pessoas que concentram e sugam toda a riqueza nacional se utilizando do Estado e do Direito, contribuindo para que o Brasil seja o segundo melhor país do mundo em concentrar renda.

Fato corriqueiro e sem amparo legal, o Banco Central utiliza dinheiro do povo para pagar aos bancos uma remuneração pelo dinheiro que sobra em seus caixas, tornando mais lucrativo receber essa remuneração garantida do que fornecer crédito à população, elevando assim a taxa de juros.

Ademais, a EC nº 95 impôs limite para gastos federais, mas reservou o crescimento econômico do país para pagar de encargos e juros dos títulos da dívida pública, que estão na mão de grandes bancos. A EC nº 106, visando atenuar os efeitos da pandemia mundial, excetua a tradicional regra do direito financeiro de ser vedado realizar operações de crédito para pagar despesas contínuas, possibilitando a obtenção de empréstimo para pagar juros da dívida, aumentando ainda mais a dívida pública. Além disso, a emenda possibilita que o BC compre irrestritamente títulos privados podres das instituições financeiras com o dinheiro público, supostamente visando impedir um colapso no sistema financeiro nacional, transferindo esse colapso ao âmbito econômico-social.

Preferir gastar com banqueiros, preterindo a população, pode ocasionar um adicional de mortes no balanço da trágica pandemia mundial. Mortes ocasionadas pela indigência, pobreza extrema, fome, conflitos armados internos, opressão policial, discriminação, exploração e por diversas outras causas poderão se perpetuar se não houver reformulação no sistema de dívida pública. Caso tudo continue do jeito que está, *milhões de pessoas continuarão no inferno por conta de pecados que não cometeram.*